


ID: 12		Tiragem: 3 500	Página: Capa	
Data: 16.01.2020	Raiano	País: Portugal Âmbito: regional Periodicidade: mensal	Cores	

Prepotência

*Um homem que ensina torna-se facilmente teimoso,
pois exerce a profissão de um homem que nunca erra.*
Barão de Montesquieu

Normalmente não nos repetimos no mesmo assunto aqui nas nossas crónicas mas, pela delicadeza do tema voltamos, como se diz em linguagem popular, à “vacaa fria”. Estamos a falar, como é óbvio da ESGIN, da sua perda de autonomia e, in fine, a sua extinção. Os homens e mulheres que se bateram por criar e manter o ensino superior em Idanha-a-Nova merecem todo o nosso respeito, estima e admiração e, cabe-nos a todos não calar agora tamanha afronta, vinda de quem tinha por obrigação salvaguardar toda a herança deixada pelos anteriores presidentes do IPCB. Aqueles homens e mulheres a que antes nos referimos fizeram mais pelo dito “interior” do que muitas leis e decretos sobre descentralização e desenvolvimento do mesmo “interior”.

Nos últimos tempos muito se tem falado e escrito sobre a hipotética extinção da Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova, tendo inclusivamente vindo a terreiro, na imprensa regional, pela defesa e manutenção da ESGIN em Idanha-a-Nova, só para citar alguns, nomes como Armindo Jacinto, Joaquim Morão, Válder Lemos, Carlos Maia, António Silveira Catana, Fernando Serrasqueiro, Maria Rita do Espírito Santo para além da maior parte da população da Idanha que, em manifestações e vigílias tem repudiado a atitude do atual Presidente do IPCB.

“Não há escolas de ensino superior sem autonomia” palavras do ex-Presidente do IPCB, Carlos Maia. Ora a proposta que foi votada pelo Conselho Geral do Instituto Politécnico de Castelo Branco, conforme listagem do também ex-Presidente do IPCB Válder Lemos, de que fazem parte os senhores conselheiros Vitor Santos, Luis Correia, Carlos Coelho, Helena Freitas, Joaquim Morão, José Alves, Paulo Fernandes, Arlindo Silva, António Moitinho Rodrigues, António Pinto, Carlos Reis, Francisco Lucas, Henrique Gil, João Belo, João Ventura, Jorge Almeida, José Carlos Gonçalves, José Raimundo, Maria da Natividade Pires, Maria de Fátima Paixão, Edite Santos, Júlio Correia, Tomé Madeira, Alexandre Pinto Lobo e Sérgio Alves, vai no sentido de retirar autonomia à ESGIN e obrigá-la a ser o que foi inicialmente, um polo dependente de outra escola, definhando até à sua extinção. Muito obrigado senhores conselheiros, podem limpar as mãos à parede como diz o nosso povo, pelo contributo dado ao concelho de Idanha-a-Nova e às suas gentes.

O 35.º presidente dos Estados Unidos, John Kennedy dizia que “devemos perdoar aos nossos inimigos mas nunca lhes esquecer os nomes”. Nas palavras do próprio presidente do IPCB, dos 25 elementos que fazem parte do Conselho Geral do Instituto Politécnico de Castelo Branco, compareceram para votação 21, com 15 votos a favor, três abstenções e três votos contra. Parece que a votação foi de “braço no ar”, o que, como sabemos, não favorece muito a liberdade de escolha. Não conhecemos as motivações que levaram os 15 conselheiros a votar a favor e as três abstenções da hedionda proposta mas sabemos que três deles, os que votaram contra, Joaquim Morão, Carlos Reis e Tomé Madeira, para além de bom senso, possuem qualidades que os distingue da vulgaridade dos demais.

O mal que podia ser feito, a nível administrativo, já está feito. Não temos formação em Direito mas afigura-se-nos que da leitura do n.º 2 do artigo 59.º da Lei n.º 62/2007, de 10/9, que regula o regime jurídico das instituições do ensino superior, relativamente a unidades orgânicas institui que “a criação, transformação, cisão e fusão carece de autorização prévia do ministro da tutela...”

Ao tempo em que escrevemos esta crónica está a decorrer também uma petição de recolha de assinaturas para apresentar ao Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro e Ministro da C., T. e do Ensino Superior, para discussão da manutenção da autonomia e sede da ESGIN em Idanha-a-Nova. Passou portanto toda esta “novela” para o âmbito da política propriamente dita e, a ser assim, pensamos nós que para a resolução deste imbróglio se deveriam apostar todas as “fixas” na parte política e acreditar que quando os políticos de verdade, estadistas dizem que querem desenvolver o interior tomem esta decisão do Conselho Geral do Instituto Politécnico de Castelo Branco como um absurdo que o é na realidade e rejeitem tal repugnante proposta. Acreditamos que o tresloucado ato de prepotência do atual Presidente do IPCB, corroborado pelos 18 conselheiros, caia por terra.

JANEIRO 2020
Luis Cepeda

